

afirma que as maquinarias devem ser utilizadas para aliviar a pena do trabalhador e não unicamente para visar ao lucro e ao benefício do proprietário, elas devem contribuir para aliviar as tarefas dos trabalhadores. O triunfo de uma ideia dessa “valeria como um recuo da ideologia dos devotos da religião do capital” (ONFRAY, 2001, p. 112). Mas, para que a “tecnicidade da economia” se submeta ao projeto de sociedade, não basta, certamente, refletir apenas sobre o maquinismo, é necessário também, que se reflita intensamente e sem cessar sobre “o valor, o status de novas tecnologias, a qualidade de trabalho, sua quantidade, sua relação com o dinheiro, a pressão fiscal, a espiral do crédito, o direito à habitação, a desigualdade diante da posse sob todas as suas formas” (ONFRAY, 2001, p. 116).

O essencial, portanto, é que o homem se liberte da economia, reapropriar-se de si mesmo. Para isso, a economia precisa ser enquadrada dentro de um projeto político hedonista, capaz de transformá-la em uma força positiva a serviço de todos. Para que esse projeto se realize, “é preciso submeter a economia a um princípio dionisíaco e dela fazer uma técnica celebrando os impulsos da vida” (ONFRAY, 2001, p. 117), e a política parar de se submeter à tirania dessa economia celebrada sob a forma de religião que tem como meta possibilitar a riqueza dos ricos através do aumento da pobreza

dos pobres, e exigir que ela se submeta às suas leis. “A economia liberal entendida como genealogia sombria da miséria cartografada em montante obriga uma revolução copernicana” (ONFRAY, 2001, p. 119) ●

Referências

- ARISTÓTELES. Política. Brasília: UnB, 1985.
 CÍCERO, M. To. Dos deveres. São Paulo: Martins Fontes: 1999.
 DARWIN, C. A origem das espécies. Brasília: UnB, 1982.
 DESCARTES, R. Discurso do método. Lisboa: Edições 70, 1993.
 EPICURO. Carta sobre a felicidade (a Meneceu). São Paulo: Unesp, 2002.
 FEUERBACH, L. A essência do cristianismo. Rio de Janeiro: Vozes, 2007.
 MARX, K.; ENGELS, F. Manifesto do partido comunista. Porto Alegre: L&PM, 2001.
 MILL, J. S. Utilitarismo. São Paulo: Martins Fontes, 2000.
 NIETZSCHE, F. A gaia ciência. Lisboa: Guimaraes, 1977.
 ONFRAY, M. A escultura de si. Rio de Janeiro: Rocco, 1995.
 ONFRAY, M. A política do rebelde. Rio de Janeiro: Rocco, 2001.
 PROUDHON, P. J. O que é a propriedade? Lisboa: Estampa, 1975.
 PROUDHON, P. J. Filosofia da miséria. São Paulo: Escala, 2007.
 SMITH, A. A riqueza das nações. Rio de Janeiro: Zahar, 2008.
 STIRNER, M. O único e a sua propriedade. Lisboa: Antígona, 2004.

* Mestre em Filosofia pela Universidade Federal de Goiás (UFG), doutorando em Filosofia pela Universidade Federal da Bahia (UFBA) e professor assistente de Filosofia da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB).
 (josevicente@bol.com.br).

LIDERANÇAS FEMINISTAS E FORMULAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS

Por Francineide Pires Pereira* e Lila Cristina Xavier Luz**

É comum admitir que, após a redemocratização do país, nos anos 1980, a maior parte dos movimentos de defesa de mulheres “se propôs não só a buscar, desde seu espaço na sociedade civil, uma interlocução com o governo, mas também a penetrar nos aparelhos de Estado” (PITANGUY, 2003, p. 28). Este debate tem seu cerne na preocupação com a perda de autonomia dos movimentos configurada no risco de cooptação pelo Estado. Relembrando este movimento, Pitanguy (2003) informa que o mesmo se dividiu entre os que estavam dispostos a participar do governo e os que desejavam apenas apoiar e subsidiar os governos.

Esta divisão, a partir dos anos 2000, aconteceu

em conjuntura na qual os partidos políticos outrora apoiadores dos movimentos ou nos quais as mulheres militavam ascendem ao poder. Como não poderia deixar de ser, as lideranças femininas passaram a ser chamadas a contribuir com novas gestões, na condição de quadros políticos. Tal processo se acentuou quando, em 2003, foi criada a Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, vinculada à Presidência da República e, em 2004, foi realizada a 1ª Conferência de Políticas para Mulheres. Em 2011, aconteceu a terceira conferência, avaliada como exitosa, posto ter conseguido impor-se como necessária e ter conquistado previsão orçamentária para as políticas

para as mulheres. No caso do Piauí, não houve mudanças substanciais, sendo que as deliberações das conferências estaduais não repercutiram na elaboração do Plano Plurianual (PPA). A segunda conferência de políticas para as mulheres, em 2007, continha a deliberação de exigir participação no processo de formulação do PPA do estado do Piauí, o que não se efetivou no processo de elaboração do PPA 2008-2011.

Este trabalho é parte dos resultados da pesquisa “Gênero e desenvolvimento” (PEREIRA; LUZ, 2011) entre parlamentares e lideranças feministas no estado do Piauí, realizada com financiamento do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). O foco aqui é o discurso de lideranças feministas acerca do tema. O objetivo é esmiuçar os dilemas enfrentados por estas lideranças e analisá-los à luz das teorias de gênero.

Quando as lideranças de movimentos de mulheres brasileiras avaliavam sobre a conveniência ou não de participar dos governos eleitos, na esteira da luta pela redemocratização do país, carregavam não somente uma grande responsabilidade. Sob esta discussão havia um histórico de lutas e de conquistas de tal modo relevantes que um grande historiador chegou a tratar as mudanças produzidas pelo ingresso das mulheres no mundo público como um dos pilares de uma revolução cultural ocorrida na segunda metade do “breve século XX” (HOBBSAWM, 1995).

O Piauí também participou deste processo. Na pesquisa, contabilizamos cinco entidades que tinham como sujeitos-alvo de sua intervenção as mulheres. São elas: a União das Mulheres Piauienses, a União Brasileira de Mulheres - secção Piauí, a Liga Brasileira de Lésbicas, o grupo Matizes e uma ONG feminista, a Gênero, Mulher, Ação Social e Cidadania (Gemdac). A pesquisa atingiu lideranças de todas estas entidades, que aqui estão identificadas como liderança feminista, idade e cor autoatribuída.

O título liderança feminista atribuído às entrevistadas é uma liberalidade generalizadora da pesquisa. A autodefinição apareceria, então, ao final da pesquisa e seria motivo de análise. Sabíamos que falar sobre feminismo significava tratar sobre o movimento que mais trouxe questionamentos à ordem a partir da segunda metade do século XX. Nesse caso, concordamos com Rago (1996, p. 12), quando afirma tratar-se de:

[...] um movimento social, político e intelectual que teve um profundo impacto na sociedade brasileira e no mundo, de modo geral. Ao lado de outros movimentos sociais dos anos sessenta e setenta, como o movimento negro, especialmente o norte-americano, o feminismo adquire uma enorme importância ao questionar a organização sexual, social, política, econômica e cultural de um mundo profundamente hierárquico, autoritário, masculino, branco e excludente.

Sabíamos também que, contraditoriamente, esse crescimento não era, na maior parte das avaliações, inclusive de lideranças, atribuído ao feminismo. Sobre ele, ainda é mais comum ouvir sobre seu desaparecimento e, pior ainda, sobre suas lideranças, que continuariam “sendo associadas a um estereótipo que vem de longa data, e não apenas dos anos 1970, definindo-as como ‘machas, feias e mal-amadas’” (RAGO, 1996, p. 11).

A chave gênero era, a nosso ver, bem mais palatável para início de uma pesquisa, pois a incorporação deste termo se deu de modo bastante generalizado, tanto na academia como nos movimentos sociais. Como, entretanto, a relação de pesquisadores(as) e lideranças é profundamente polissêmica, o tema foi elemento para pesquisa, ao invés de premissa.

A primeira tentativa das entrevistadas foi definir sua posição sobre gênero, diferenciando-se de outras que, segundo elas, também existem. Este é um indicador claro não só da polissemia da categoria, mas também do lugar que cada uma ocupa no movimento, haja vista que este é povoado por polêmicas e disputas. Cada relato é, ao mesmo tempo, uma afirmação e algumas negações, como neste relato:

[...] quando eu falo de gênero, da questão da relação de gênero, eu não falo só nessa diferenciação, dessa mudança de lugares, homens e mulheres tem que ocupar, classificatório, aquela visão do compartilhamento. Eu não falo exatamente dessa visão de compartilhamento, porque muitas vezes a academia fala de gênero, vendo essa perspectiva. Mulher também tem que tomar parte, tem que estar onde ninguém sabe, como é que essa mulher que estar tomando parte, como ela se percebe como mulher? Com esse lugar, com esse status de mulher no contexto dessas relações sociais. Porque as relações de gênero pra mim são estruturadas nas relações sociais (Liderança feminista, 70 anos, branca).

Segundo a entrevistada, é preciso “um espaço democrático, em que homens e mulheres possam estar neles nas mesmas condições, com os mesmos privilégios” (Liderança feminista, 70 anos, branca). O vínculo estabelecido por esta liderança entre gênero e poder, agregando a necessidade de que as mulheres acessem todos os espaços

sociais relaciona-se com sua posição claramente feminista. Além disso, aparece, neste relato, uma crítica à incorporação do gênero pela academia que, segundo ela, vincula-se somente à classificação entre homens e mulheres.

O importante a reter aqui é que se o “gênero é um compromisso ou acordo social que se baseia nas definições e interpretações dos outros” (WEST; ZIMMERMAN apud DIAS; MACHADO, 2008, p. 580), é possível se posicionar questionando as interpretações predominantes. Então, o acordo social proposto pelos autores dirige-se ao hegemônico, mas não observa as posições socialmente minoritárias, no momento da pesquisa e que poderão ser maioria no futuro. É assim que, quando a entrevistada precisa definir sua interpretação, ela o faz negativamente, ou seja, afirmando sua posição contra o que os outros entendem por gênero. Então, vemos que a igualdade entre homens e mulheres é o princípio que norteia a definição da entrevistada e esta apresenta uma interpretação crítica com relação à visão conservadora de gênero, segundo a qual há papéis diferenciados para homens e mulheres, simplesmente, sem questionar a construção de tais papéis.

Alguns elementos novos foram agregados ao conceito quando o lugar onde falou a entrevistada era de movimento pela diversidade. Uma delas disse, inicialmente:

Primeiro, a ideia de que está associado à construção de papéis, né? É... e que, obviamente, se você trabalha com a dicotomia masculino e feminino, né? Mas, só essa dicotomia, acho que não dá conta, até mesmo porque você tem a questão das travestis, das transexuais, não é? Que, vamos dizer assim, entre aspas, bagunçaram um pouco aí essa coisinha arrumadinha que se criou, para você fazer os arranjos de gênero masculino igual homens. Gênero feminino igual mulher, né? Para fazer essa, esse *link* não se sustenta mais! (Liderança feminista, 39 anos, afrodescendente).

A experiência desta entrevistada agrega novos elementos ao conceito, ou seja, a crítica à naturalização e ao binarismo do gênero. Sendo assim, ela propôs a superação da associação simplista “do que se coloca nessa associação gênero masculino igual a homem, gênero feminino igual a mulher, porque, como Simone Beauvoir já colocava não se nasce mulher, torna-se mulher.”

A partir da experiência pessoal e do movimento, a posição desta liderança pode ser situada com a crítica à matriz dominante de inteligibilidade cultural do gênero de Butler (1990). Segundo esta autora, “Gêneros ‘inteligíveis’ são aqueles que, de alguma forma, instituem e mantêm relações de

coerência e continuidade entre sexo, gênero, práticas sexuais e desejo.” (BUTLER, 1990, p. 17). Questionando esta matriz heterossexual, o movimento filosófico que passou a ser conhecido como “queer”:

[...] busca evidenciar como conhecimentos e práticas sexualizam corpos, desejos, identidades e instituições sociais numa organização fundada na heterossexualidade compulsória (obrigação social de se relacionar amorosa e sexualmente com pessoas do sexo oposto) e na heteronormatividade (enquadramento de todas as relações – mesmo as supostamente inaceitáveis entre pessoas do mesmo sexo – em um binarismo de gênero que organiza suas práticas, atos e desejos a partir do modelo do casal heterossexual reprodutivo) (BUTLER, 1990, p. 17).

Essa liderança, portanto, estava sensível quando do monitoramento das políticas públicas, a partir de uma matriz subversiva de gênero. O mesmo não ocorreu com a representação sobre gênero de outra liderança feminista, branca, 43 anos. Segundo ela, gênero é:

Tudo o que vem historicamente colocado na cabeça da gente. O gênero feminino e é, que eu acho que a maioria das mulheres pensam assim e depois a gente vai lendo e a gente vai sabendo porque que a gente pensa assim. O Gênero da mulher, gênero feminino é da dona de casa, daquela que cuida do menino, daquela que leva o menino da escola, daquela que confere as lições, daquela que espera o marido. [...] Então o que vem na cabeça da gente como gênero é tudo aquilo que ensinaram a gente a fazer, que ensinaram a gente desde quando a gente é pequenininha, que é o jeito da mulher, o jeito que a mulher deve ser em casa e na rua.

Nessa interpretação, a entrevistada percebe o gênero como a classificação rotineira que a sociedade faz entre masculino e feminino. A partir daí, ela trata da evolução que pode acontecer nesta acepção; por meio da participação da mulher no movimento social, adviria com o questionamento desses papéis. Assim, gênero é, para ela, a atribuição de papéis. Então, ela informa:

Sempre percebi, sempre! Eu sempre trabalhei muito. Olha, eu trabalho desde os 14 anos e eu já trabalhei já numa, numa instituição lá em São Paulo, privada, aonde eu, eu era a coordenadora. Eu trabalhava muito, eu que chegava mais cedo e saía mais tarde e eu ganhava menos do que qualquer um deles que estava lá. Eu fazia desde, chegava e a primeira coisa que eu fazia, já fazia o café, e eu era a coordenadora, mas já punha água pro café. Já deixava o café pronto, entendeu? Quer dizer, eu, qual era, de conferência de material, eu era mil e uma utilidades, era igual a bombril! Só que eu ganhava, se não ganhasse igual, eu não ganhava mais que qualquer um dos auditores que estavam lá e eu era auditora assim como eles, trabalhava muito mais que eles e não ganhava mais do que eles. E eu vejo isso no serviço público também, lá era privado e aqui é serviço público e eu trabalho muito. E a gente não vê isso daí, eu já escutei, já que eu não vou nem falar o nome do chefe, que falou assim: “olha, ela trabalha tanto, ela trabalha como se fosse um

homem!” Rapaaazzz, quer dizer, mais preconceito que esse daí não tem! Quer dizer, eu trabalho, eu trabalho tanto, que pareço um homem: muito. Olha, que absurdo! Quer dizer, eu não trabalho... Então, se eu trabalho muito, eu não mereço... eu acho que eu não trabalho como um homem, eu trabalho como uma mulher, porque eu trabalho muito mais do que um homem. É ao contrário (Liderança feminista, 43 anos, branca).

Este diálogo entre a entrevistada e o patrão ausente induz a uma disputa acerca de certa aferição sobre quem trabalha mais, se o homem ou a mulher. Partindo da situação real, o patrão afirma que a mulher trabalha como se fosse homem e a entrevistada conclui que este era preconceituoso e que a mulher trabalha mais do que o homem. Enfim, dialogando com a classificação atual sobre papéis, instaurou-se um diálogo que não leva à discussão sobre mudanças, mas somente à disputa entre homens e mulheres nos termos existentes.

Talvez tais posicionamentos possam ser melhor explicados por do meio da análise sobre o modo como o poder é articulado e mantido através de ideologias (THOMPSON apud GABRIELLI, 2007). Este autor apresentou cinco modos gerais de operação da ideologia: a legitimação, a dissimulação, a unificação, a fragmentação e a reificação; cada um destes modos se baseia em estratégias de construção simbólica.

A representação manifestada pela liderança poderia ser situada na estratégia de operação da dissimulação, que significa a adoção de estratégias de deslocamento (recontextualizar termos de um campo para outro, valorizando-os de acordo com a ideologia que o emprega) e da eufemização (valorização positiva de ações, relações e/ou instituições sociais), descartando os pontos negativos destas, e o tropo (empregar palavras em sentido figurado). A liderança em questão opôs a valorização do trabalho dos homens à valorização do trabalho das mulheres sem, no entanto, ultrapassar a construção ideológica desta categoria. Também outra liderança ingressou com a relação entre gênero e papéis sociais. Quando convidada a informar sobre o que vinha à sua cabeça, informou:

Vem uma discussão, vem um debate. Normalmente [...] quando eu escuto no meu grupo social a palavra gênero, geralmente ela vem seguida de uma discussão das relações sociais entre, das diferenciações entre homem e mulher na sociedade (Liderança feminista, mais de 40 e menos de 50, dúvida entre ser negra ou índia).

Então, uma das pesquisadoras insistiu: em que sentido essas diferenciações; como é que você classifica ou categoriza?

No sentido, assim, dos papéis sociais. Notadamente, ressaltando as desigualdades, entendeu? Quer dizer, as pessoas do meu grupo social quando falam de discussão, de gênero, estão se referindo a isso: a essa desigualdade social que existe entre homens e mulheres e dessa necessidade de se aprofundar isso (Liderança feminista, mais de 40 e menos de 50, dúvida entre ser negra ou índia).

A questão da idade e da raça tem sido muito delicada, do ponto de vista da matriz dominante de inteligibilidade cultural do gênero (BUTLER, 1990). Nesse sentido, esta entrevistada demonstrou muito incômodo:

Liderança feminista: Risos... Olha idade... Pesquisadora: Não fala, se você não quiser. Pode ser assim “estou na faixa”... Liderança feminista: Risos, eu acho que é uma, é uma pergunta completamente desnecessária, na pesquisa (risos). Digamos que eu passei dos 40 e ainda não cheguei aos 50. Risos... Ótimo!

Quanto à questão da raça/etnia, interrogada sobre a cor com a qual se define segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), ela enunciou o seguinte:

Liderança feminista: A cor, no sentido, se sou branca, preta? Pesquisadora: Hum rum, é! Amarela, verde... Liderança feminista: Risos, eu diria que eu sou, quer dizer, eu na verdade eu não sou negra e tenho elementos indígenas, mas, assim eu não me caracterizaria como uma pessoa indígena. Então, sei lá... Pesquisadora: Descendência, uma mistura aí. Liderança feminista: É, porque assim, todos nós somos, todas neguinhas, todas branquinhas, entendeu? Eu nem sei, sabia? No IBGE, eles falam que é parda. Mas, eu acho tão complicado dizer assim: “sou parda!” Eu sou, na verdade, uma mistura dessas coisas todas.

Aqui aparece a questão dos padrões impostos tantos à feminilidade como à raça/etnia. Isto põe interessantes questões para análise. A primeira delas é o fato de que, em fazendo parte de um movimento social questionador da ordem vigente, a entrevistada muito provavelmente teve acesso às discussões acerca das consequências destas imposições, inclusive tendo acesso aos movimentos em favor de mudanças quanto a isso. Entretanto, do ponto de vista pessoal, isso não parece ser relevante para ela. Como, do ponto de vista metodológico, a opção da pesquisa é pela autodefinição, optamos por apresentar a definição dada pela própria entrevistada e não aquela que ela informa ser a do IBGE.

Já outra liderança - que, ao olhar das pesquisadoras, pareceria morena, o que seria traduzido pelas definições do IBGE como parda - autodefiniu-se como negra. Isto provavelmente se relacione com o fato de ela ter experienciado a participação e o apoio aos movimentos

quilombolas. Nesse caso, ela sabe sobre a importância da afirmação da negritude e da oposição a um dos modos de operacionalização ideológica, isto é, da reificação (que apresenta construções sociais e culturais como independentes da ação humana). Este processo ideológico se dá por meio de três estratégias típicas de construção simbólica: a naturalização (criação social e histórica tratada como acontecimento natural), a eternalização (fenômenos sócio-históricos apresentando como permanentes) e a nomeação/passivação (privilegiamento de determinados temas em detrimento de outros, ofuscando ações e atores) (THOMPSON apud RESENDE; RAMALHO, 2009).

Quanto questionada sobre o tema gênero e desenvolvimento, uma das entrevistadas tratou, primeiramente, da relação entre ambos e da insuficiência do desenvolvimento para contemplar as questões do gênero. Conforme ela:

De cara, a primeira coisa que me chama a atenção é a relação entre as duas categorias, de gênero e classe, né? Que eu tive que enfrentar questões de, de, as situações de empobrecimento das mulheres e embora gênero não seja só a questão das mulheres, na verdade a tematização de gênero é em razão das desigualdades. [...] Pra mim, a primeira imagem é relacionada ao enfrentamento concomitante de distribuição de renda e as desigualdades de gênero. [...] Daí a necessidade do recorte de gênero (Liderança feminista, 46 anos, negra).

Segundo sua interpretação, a inclusão do recorte de gênero leva à percepção da insuficiência das políticas de desenvolvimento, do ponto de vista do gênero:

Eu acho que os projetos, as políticas, só políticas de desenvolvimento, elas não dão conta de enfrentar, porque as políticas de desenvolvimento vão levar em conta as situações gerais de empobrecimento, e essas situações gerais de empobrecimento não levam em conta a, a essa peculiaridade de gênero, de raça e etnia. Enfim, é, é de orientação sexual e, não levando em conta essas especificidades, aí o projeto não dá conta de enfrentar esse, esses problemas internos (Liderança feminista, 46 anos, negra).

E como, então, a questão do gênero não estaria completamente contemplada pelos projetos de desenvolvimento?

[...] porque, se você pensa desenvolvimento, mesmo que você complexifique, desenvolvimento vai além da idéia de progresso, que não seja essa concepção fechadinha de progresso que se tem, é desenvolvimento quando eu tô num lugar eu paro, vou pra outro lugar, né?, essa perspectiva evolucionista, mesmo que você complexifique, desenvolvimento não dá conta dessa, dessa demanda que, que mulheres, gays, lésbicas, pessoas negras apresentam (Liderança feminista, 46 anos, negra).

O gênero situaria-se, então, aquém e além das políticas públicas, isto é:

[...] eu preciso de três coisas: moradia, é..., saúde, educação. Mas, eu preciso ser reconhecido como sujeito de direito e esse ser reconhecido como sujeito de direito não tá dentro de nenhuma dessas políticas públicas. Não é só uma questão de políticas públicas, é uma questão de reconhecimento social, mesmo; é uma questão de reconhecimento dos pares, de reconhecimento das pessoas com quem você convive, ou seja, é uma demanda por mudança social! (Liderança feminista, 46 anos, negra).

Para cuidar das dimensões reconhecimento, subjetividade ou mesmo da conquista da felicidade, careceríamos, segundo esta liderança, de “[...] algo mais específico; algo que implica em uma intervenção no campo individual e no campo social” (Liderança feminista, 46 anos, negra).

Fica evidente, no trecho da entrevista, uma crítica à expectativa ou à estratégia feminista que estaria apostando tudo nas políticas públicas, por exemplo. As teorias feministas terão, portanto, que responder a esta importante questão. Senão, vejamos: haveria espaços da vida social que não seriam alvo ou sofreriam as consequências da intervenção estatal? Ou, ao contrário, as políticas públicas não se dirigem aos aspectos vinculados aos relacionamentos afetivos?

A questão que se coloca não foi indagada às entrevistadas, mas emergiu do debate acerca da relação gênero e desenvolvimento. O modo como a relação gênero e desenvolvimento foi abordada pelas lideranças permitiu, de certo modo, entender como elas interpretam ser o lugar do gênero no processo de constituição do desenvolvimento no Piauí. Será, então, que o desenvolvimento não pode ser avaliado, levando em conta tais questões?

Segundo Connell (1987), a resposta a estas questões é: todos os espaços sociais são submetidos ao gênero. Até chegar a esta resposta, a autora² elabora uma revisão das teorias sociológicas em busca de uma teoria do gênero. Em síntese, para esta autora, os limites daquelas teorias estão no fato de destacarem apenas aspectos das relações humanas para teorizá-las ou apenas elevarem à condição de conceitos as práticas existentes, como o fazem as teorias conservadoras.

Então, para abarcar o conjunto da vida social, é preciso um conceito de gênero que dê conta disso. Segundo ela, falar de gênero significa dizer “nos mais amplos termos, a forma pela qual as capacidades reprodutivas e as diferenças sexuais dos corpos humanos são trazidas para a prática

social e tornadas parte do processo histórico” (CONNELL, 1995, p. 189). Com este conceito, é possível observar que o gênero é uma prática social e, portanto, passível de intervenção coletiva o tempo todo; é o processo de naturalização, que é inteiramente social e atende aos interesses de grupos hegemônicos, que produz a ideia de que as capacidades reprodutivas e as diferenças sexuais dos corpos humanos não são socialmente construídas. Em assim sendo, como compreender a questão posta pela entrevistada: os planos de desenvolvimento não tratam das questões afetivas e de reconhecimento?

A resposta de Connell (1987) é que há uma estrutura social, denominada como *cathexis* ou conexão emocional. Segundo ela, *cathexis* é a dimensão do relacionamento humano que se configura como “relacionamento sexual social”, ou seja, o conjunto de “relacionamentos organizados em torno da ligação emocional de uma pessoa a outra” (CONNELL, 1987, p. 111-112). Esta explicação ajuda a compreender a sexualidade como social do começo ao fim. Assim, fica superada a imagem de que há uma sexualidade humana e um corpo pré-sociais. Pelo contrário, “a dimensão corporal não existe antes ou fora das práticas sociais em que os relacionamentos entre pessoas são formados [...]” (CONNELL, 1987, p. 112). Também define a divisão de papéis nos relacionamentos familiares, no cuidado com as crianças etc.

Avaliando o mundo por meio do conceito de gênero, podemos observar que há um modelo social predominante do desejo que se constitui como um sistema interligado de proibição e incitação. A pista apresentada por Connell (1995) vem na forma de dois princípios de organização muito óbvios em nossa cultura. São tão óbvios que pensamos que seja natural. O primeiro é aquele segundo o qual objetos de desejo são definidos pela dicotomia entre feminino e masculino; o segundo é o de que a prática sexual é principalmente organizada na forma de relacionamentos de casal. Desfaz-se, então, o mistério que leva a maioria das pessoas a estabelecer famílias conjugais heterossexuais, em que homens são incitados a ser agressivos e proibidos de ser “moles” e mulheres são incitadas a ser “frágeis” e proibidas de ser agressivas. Estes tenderão a criar seus filhos e filhas seguindo este modelo. Em síntese, a estrutura de *cathexis*, tem a ver com:

[...] escolha de objeto, desejo e desejabilidade; com a produção da heterossexualidade, da homossexualidade e do relacionamento entre elas; com os antagonismos de gênero estruturados socialmente (ódio à mulher, ódio ao homem, ódio a si mesmo); com confiança e desconfiança, ciúmes e solidariedade em casamentos e outros relacionamentos; e com os relacionamentos emocionais envolvidos na criação de crianças (CONNELL, 1987, p. 97).

Os planos governamentais, as práticas profissionais e até mesmo a maioria da população, incluindo as lideranças de movimentos, podem ter esse modelo hegemônico de masculinidade dominante e feminilidade subordinada, excluindo as outras identidades psicosssexuais como pressuposto. Isto impede que o tema surja, a não ser que outras categorias sociais prejudicadas passem a questionar esta aparente universalidade. Em nossa pesquisa, uma das entrevistadas destacou isto:

Exatamente para finalizar essa questão da construção, de algo como uma construção cultural. [...] quando se trata da questão de gênero, é óbvio que o gênero não diz respeito só à questão da condição feminina, não é? [...] se entrecruza com outras questões que são motivadoras de discriminação, de desigualdade, como a questão racial, como a questão de orientação sexual, a questão da própria condição social, não é? (Liderança feminista, 39 anos, afrodescendente).

Desse modo, mesmo que ainda não estejamos alertas e capacitados(as) para perceber as diversas mediações envolvidas na construção desse modelo padrão de *cathexis* nos planos de desenvolvimento, pelo menos sabemos que teremos que ficar atento(as) a seu funcionamento.

Relacionando esta interpretação com os discursos até aqui registrados, pode-se ver com mais detalhe que a experiência da liderança feminista vinculada aos movimentos pela diversidade ultrapassou o modelo dicotômico, masculino *versus* feminino e apresentou a experiência de travestis como uma desorganização do modelo de desejo tradicional. Já para a segunda entrevistada, não é possível tratar de desenvolvimento e abarcar todos os espaços nos quais ocorrem práticas relativas ao gênero. Temos, então, que analisar é a amplitude das práticas sociais às quais as entrevistadas vinculam o gênero e o desenvolvimento. Se Connell (1995) estiver correta, por exemplo, os planos de desenvolvimento fatalmente imporão modelos de gênero, inclusive por meio do apoio, consciente ou não, a determinados modelos de *cathexis*. Em assim sendo, a avaliação dos planos de desenvolvimento ficará mais rica se levar em conta o conceito de *cathexis* que está subentendido ou explicitado nele e a que categoria

social favorece e a quantas outras prejudica.

Ainda quanto a isto, fica mais esclarecido o incômodo com a idade manifestado por uma das lideranças feministas, que se relaciona como um modelo padrão de feminilidade, vinculado a certo “prazo de validade” para as mulheres no “mercado matrimonial”, assim como com o padrão de *cathexis* por meio do qual mulheres desejáveis são aquelas cuja idade esteja no período reprodutivo. Então, parcela das mulheres termina por escolher o ocultamento da idade, a fim de não sofrer tais limitações.

Após conseguir elaborar uma categoria para explicar o funcionamento da ordem de gênero, ainda falta explicar como e por que o mundo é dominado por homens brancos e heterossexuais.

Para Connell (1987), a estruturação engendradora da sociedade pode ser compreendida, agregando-se à *cathexis* as estruturas da produção e do poder. Isto significa que “o gênero é muito mais que interações face a face entre homens e mulheres, [...] é uma estrutura ampla, englobando a economia e o estado, assim como a família e a sexualidade” (CONNELL, 1995, p. 189, grifo nosso); é efetivado por meio da prática social, entendida aqui como “substância do processo social [...]” (CONNELL, 1987, p. 93), o que significa que é histórico e pode, portanto, ser transformado. A adoção deste conceito leva-nos a superar as interpretações que têm buscado distinguir uma instituição particular como sustentadora do gênero e da sexualidade, principalmente a família e o parentesco.

Quanto à estrutura chamada por ela de produção, temos que tratar a organização do trabalho como uma categoria ampliada que englobe “a organização do trabalho doméstico e do cuidado infantil, a divisão entre trabalho pago e não-pago, a segregação do mercado de trabalho e a criação de ‘empregos masculinos’ e ‘femininos’, a discriminação no treinamento e promoção e as desigualdades de salário e carreira” (CONNELL, 1987, p. 97). Apesar de ser mais aceita como passível de intervenção pública, tanto como reivindicação dos movimentos como com formulação de políticas, esta conceituação de Connell ainda precisa ser incorporada nas análises e nas intervenções.

Connell (1987) propõe que olhemos para a estruturação engendradora do trabalho, sintetizando-a em dois maiores princípios: a lógica engendradora da acumulação e a economia política da

masculinidade. Pelo primeiro, podemos identificar a organização global de gênero do trabalho, com a concentração de benefícios em uma direção - aos homens, é lógico -, e perdas econômicas em outra, em escala suficiente para produzir uma dinâmica de acumulação em seus próprios termos. O segundo princípio tem a ver com a definição de masculinidade e sua mobilização como um recurso econômico; um exemplo é a questão do cuidado com a infância:

[...] desde que os homens têm mais controle sobre a divisão do trabalho que as mulheres, sua escolha coletiva é não realizar o trabalho de cuidar de criança, [...] refletindo a definição dominante dos interesses masculinos, e, de fato, ajuda-os a conservar o poder predominante (CONNELL, 1987, p. 106).

No nível da formulação de política pública, este mesmo princípio pode ser seguido. Já que são as mulheres que cuidam, vamos criar políticas que as ajude a cuidar ou, o que é pior, políticas para punilas por não cumprirem suas “funções”. Esta visão não apareceu de modo claro em nenhuma das entrevistadas desta pesquisa. Sendo um processo social muito complexo, seu tratamento como objeto de ação dos movimentos e de intervenção no momento de formulação de políticas e projetos é assunto ainda a ser construído.

Falta tratar sobre a estrutura de poder. Segundo Connell (1987), ela envolve “a autoridade, o controle e a coerção: as hierarquias do Estado e negócios, violência interpessoal e institucional, regulação sexual e vigilância, autoridade doméstica e sua contestação” (CONNELL, 1987, p. 96-97); não é somente o poder como acesso e usufruto de cargos nas instituições e no estado.

A obviedade do funcionamento do poder como uma estrutura social se dá pelo fato de que “a coerção, na prática, se estende para a questão elementar da sobrevivência” (CONNELL, 1987, p. 101). Aqui se define a relação entre o poder e a masculinidade, pois, “[...] se a autoridade é definida como poder legitimado, então nós podemos dizer que o ponto central da estrutura de poder de gênero é a conexão geral da autoridade com a masculinidade (CONNELL, 1987, p. 109). A autoridade é tal que, ao descobrir-se sendo conforme o modelo, mesmo descobrindo que há imposição, uma pessoa pode experimentar a culpa de não conseguir mudar:

Lógico que depois a gente vai lendo e a gente vai vendo que isso pode se desfazer, que a gente pode modificar o mundo, mas o que vem ainda incutido na cabeça da gente, que tá tão enraizado. Por incrível que pareça, quando a gente vê, eu

estou fazendo isso em casa, por mais que eu veja que não é só minha função de fazer isso, quando eu vejo eu estou fazendo um monte de coisa que eu sei que não é só minha função que o homem também pode fazer, mas sou eu que estou lavando a louça, rrsrsr, que estou limpando a casa, quer dizer (Liderança feminista, 43 anos, branca).

Há, portanto, uma determinação (uma qualidade) do destino das mulheres como categoria social. Assim:

Neste regime, as mulheres são objetos da satisfação sexual dos homens, reprodutoras de herdeiros, de força de trabalho e de novas reprodutoras. Diferentemente dos homens como categoria social, a sujeição das mulheres, também como grupo, envolve prestação de serviços sexuais a seus dominadores. Esta soma/mescla de dominação e exploração é aqui entendida como opressão. (SAFFIOTI, 2004, p. 105).

Há uma máquina (SAFFIOTI, 2004) em ação, que beneficia - ainda que diferenciadamente, em face das outras determinações - todos os homens. Voltando à relação entre gênero e desenvolvimento, com a avaliação desta liderança feminista (43 anos, branca):

O desenvolvimento cultural, eu acho, vamos supor, é isso que eu te falei... vindo gente nova pra cá, trazendo outras informações... Eu acho que essa troca de informações é muito grande, ou quando a gente vai pra fora pra fazer um curso, ou quando vem pra cá pra dar essas capacitações pra gente, eu acho muito bom e esse desenvolvimento. A gente também sente no Controle Social, eu acho isso! Por mais que falem que o Controle Social, que ele ainda não está forte, realmente, não tá não, mas ele desenvolveu muito. Tanto que lá no Conselho Estadual de Saúde você vê que lá na cadeia que a gente, tem [...] o Movimento das Prostitutas, o Movimento de Mulheres, tem o Movimento LGBT.

Este movimento pode ser explicitado por meio da eufemização, pois que sua participação como membro de conselho de direitos fez com que ela superdimensionasse tal processo em detrimento de um olhar para o processo social mais amplo. Então, desenvolvimento fica reduzido a novas aquisições de conhecimento por conselheiros(as) e aumento do controle social.

Atualmente, quando tratamos de mercado de trabalho, referimo-nos à parte paga do trabalho que é vendido e comprado fora do espaço privado. Até pouco tempo, pensava-se esta relação no masculino, supondo-se que às mulheres cabia a parte do trabalho no espaço doméstico, a chamada reprodução social. E como esta parte do trabalho não é paga, não é considerada trabalho. Bertaux (1979) redefiniu o conceito de trabalho, de modo a restabelecer a unidade entre espaços público e privado, com o conceito de produção antropológica, ou seja:

A produção dos próprios seres humanos, não enquanto seres biológicos, mas enquanto seres sociais. A reprodução 'biológica' está subordinada à produção social; o social utiliza o biológico, como o econômico utiliza a técnica; mas lhe dá sua forma exterior e, podemos dizer, seu conteúdo (BERTAUX, 1979, p. 56, grifo nosso)

Pelas descobertas de Bertaux (1979), concluímos que a produção de seres humanos acontece de modo subordinado à produção econômica, o que leva à conclusão de que as pessoas se produzem e se distribuem conforme as necessidades de consumo de sua energia, de suas capacidades, pelo mercado. Como cada pessoa, individualmente, não poderá viver fora da sociedade, esta tenderá a se fazer no sentido de atender às demandas majoritárias em sua época. É por isso que a pessoa, ao fazer parte de uma maioria, faz tanta questão de destacar este fato, como o fez uma das entrevistadas: "sou feminista, heterossexual (entonação da voz com destaque). Tenho tido uma prática nessa linha, né? Embora defenda todas as outras manifestações do desejo, dentre elas, a homossexualidade e a lesbiandade" (Liderança Feminista, 46 anos, negra). Ou então, outra liderança, incomodada com a pergunta sobre sua idade, lembrando: "Olha idade... (risos...). Eu acho que é uma, é uma pergunta completamente desnecessária, na pesquisa (risos). Digamos que eu passei dos 40 e ainda não cheguei aos 50 (risos...). Ótimo! (Liderança Feminista, mais de 40, menos de 50 anos, mistura de raças)."

A década em que as mulheres brasileiras foram chamadas a formular políticas públicas para as mulheres e a compor organismos governamentais foi a mesma década da chamada "ofensiva neoliberal", quando passou a ser apresentada como a solução para os dilemas sociais a redução de investimentos em políticas de caráter distributivas e, o seu corolário, a transferências da responsabilidade de atendimento destas demandas para a sociedade (CISNE; GURGEL, 2008, p. 72). A ofensiva neoliberal, também efetivada na América Latina, instituiu parcerias com a sociedade civil e, dentre estas, com as organizações não governamentais (ONGs).

Tidas como mais "eficientes" e "técnicas", as novas entidades precisavam conquistar espaço no "mercado de projetos" (ALVAREZ apud CISNE; GURGEL, 2008, p. 75) e se tornarem parceiras do Estado e dos organismos transnacionais de financiamento. Somando-se este novo fenômeno à presença de numerosas lideranças femininas (feministas ou não), temos como consequência um

esvaziamento dos movimentos sociais. Agora, submetidas à dupla institucionalização - na gestão pública e na gestão de projetos de ONGs parceiras -, a disputa agora se desloca para novo espaço - o gabinete.

A consequência óbvia foi a desmobilização dos movimentos sociais, incluindo-se o de mulheres e feministas, agora substituídos pelo que ficou conhecido como ONGs da sociedade civil, as quais passaram a compor o chamado terceiro setor. A invenção desse novo espaço social cumpre, segundo Montaño (2002, p. 13), dupla função: "instrumentalizado pela estratégia neoliberal, tem a função tanto de justificar e legitimar o processo de desestruturação da Seguridade Social estatal como de transformar a luta contra a reforma do Estado em parceria com o Estado." Segundo Montaño (2003), as consequências são esvaziamentos dos movimentos sociais, com a substituição dos mesmos pelas ONGs, e ONGs representando a sociedade civil, agora como parceiras, negociadoras, em lugar do caráter outrora reivindicatório dos movimentos.

No caso em análise, as lideranças estão vinculadas a entidades situadas em três situações: apoiadoras dos governos eleitos na última década e participantes destes; fora do governo e críticas destes; e participantes do governo e membro de ONG. Deste contato, concluímos que há, além dos deslocamentos já descritos, uma pressão muito grande para que não sejam feitas críticas às insuficiências das políticas, em função do risco de favorecer aos segmentos políticos mais atrasados, segundo esta visão. Por outro lado, a crítica ao acesso aos gabinetes, em detrimento das ruas, foi incisiva no discurso de algumas. Por exemplo: "Eu acho, dá um sentimento de frustração. Aí somado, aquela coisa que eu já te disse, você tem um Conselho que é só de fachada! Você não tem entidades feministas para estar cobrando isso. Aí não pode funcionar." (Liderança feminista, 39 anos, afrodescendente). Mais que a ausência de movimento, a entrevistada cita algo novo:

Ah, isso era a coisa mais grave, mais grave! A conveniência. Quando era conveniente, eu era gestora [...]. Quando é conveniente, no Conselho Estadual de Direitos Humanos, eu sou do Movimento Social, eu represento a minha ONG. Claro que isso eu não vi em lugar nenhum do Brasil, quando eu fui visitar os outros estados [...]. Porque todo lugar, você tem bem aqui em Pernambuco, aquela feminista histórica, num sei o quê [...] a primeira coisa que ela fez: se afastou.

O arrefecimento dos movimentos, seja produzido pela conjuntura neoliberal, seja pelos

novos controles realizados pelas próprias lideranças, termina por enfraquecer todo o projeto de mudança da sociedade, se é que se entende feminismo como um projeto de subversão da ordem societária atual. Desse modo, e sem o apoio que outrora as alçaram ao poder, resta a pergunta: que apoios conseguirão, a fim de se manter no poder?●

Notas:

(1) Para uma melhor compreensão sobre a filosofia *queer*, ver Judith Butler (1990).

(2) O livro citado foi publicado por Robert Connell. Tempos depois, ele se submete a cirurgia para mudança de sexo, tendo mudado seu nome para Raewyn Connell. Para maiores informações sobre autora e obra, ver sua página na internet. <<http://www.raewynconnell.net/2011/09/discussions-of-raewyns-work.html>>. Acesso em: 10-09-2012.

Referências

- BERTAUX, D. Destinos pessoais e estrutura de classe. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.
- BUTLER, J. Problemas de gênero. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1990.
- CISNE, M.; GURGEL T. Feminismo, estado e políticas públicas. *Ser Social*, Brasília, v. 10, n. 22, p. 69-96, jan.-jun. 2008.
- CONNELL, R. W. *Gender & Power*. California: Stanford University Press, 1987.
- CONNELL, R. W. *Masculinities*. California: University of California Press, 1995.
- HOBBSAWM, E. Era dos extremos. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- GABRIELLI, C. P. Análise crítica do discurso e teoria feminista. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL MU-LHER E LITERATURA, 3., Ilhéus, 2007. Anais...
- Ilhéus, 2007. Disponível em: <<http://www.uesc.br/seminariomulher/anais/PDF/CASSIANA%20PANISSA%20GABRIELLI.pdf>>. Acesso em: 10 abr. 2012.
- MONTAÑO, C. E. O projeto neoliberal de resposta à "questão social" e a funcionalidade do "terceiro setor". *Lutas Sociais*, São Paulo, v. 8, p. 53-64, 2002. Disponível em: <http://www.pucsp.br/neils/downloads/v8_sumario.pdf>. Acesso em: 10 abr. 2012.
- MONTAÑO, C. E. As políticas públicas de gênero. In: MONTAÑO, S.; PITANGUY, J.; LOBO, T. As políticas públicas de gênero. *Mujer y desarrollo*, Santiago de Chile, n. 45, p. 7-20, jun. 2003. [online]. Disponível em: <<http://www.eclac.org/publicaciones/xml/9/12689/lcl1920p.pdf>>. Acesso em: 20 set. 2012.
- PITANGUY, J. Movimento de mulheres e políticas de gênero no Brasil. In: MONTAÑO, S.; PITANGUY, J. LOBO, T. As políticas públicas de gênero. *Mujer y desarrollo*, Santiago de Chile, n. 45, p. 23-40, jun. 2003. [online]. Disponível em: <<http://www.eclac.org/publicaciones/xml/9/12689/lcl1920p.pdf>>. Acesso em: 20 set. 2012.
- PEREIRA, F. P.; LUZ, L. C. X. Gênero e desenvolvimento entre formuladores/as de políticas públicas e lideranças feministas no Piauí. Relatório de Pesquisa, Conselho Nacional de Pesquisa (CNPq). Teresina, 2011. (mimeo).
- RAGO, M. Adeus ao feminismo? *Cadernos AEL*, Campinas, v. 2, n. 3-4, p. 11-43, 1996.
- RESENDE, V.; RAMALHO, V. Análise de discurso crítica. São Paulo: Contexto, 2009.
- SAFFIOTI, H. I. B. Gênero, patriarcado, violência. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004.

***Professora do Departamento de Serviço Social/UFPI e do Mestrado em Sociologia/UFPI. Doutora em Ciências Sociais/PUCSP**

****Professora do Departamento de Serviço Social/UFPI e do Mestrado em Sociologia/UFPI. Doutora em Serviço Social/PUCSP**